



# XIII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



19 a 21 de Setembro de 2019 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **20/08/2019**

Aprovado em: **24/08/2019**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2019.13.03.07>

PEDAGOGIA DE CLASSES E MULHERES NAS PERIFERIAS URBANAS

EIXO: 3. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS

NELMIRE FERREIRA DA, NATÁLIA SILVA PAIVA

**Este artigo intitulado “Pedagogia de Classes e Mulheres na Periferias Urbanas” teve como motivação para a sua construção elementos abstraídos das reflexões de leituras e fichamentos das autoras, frente aos espaços de pesquisa e produção na linha que envolve as categorias, mulher, espaço, movimentos sociais e trabalho. Nessa direção, adotamos uma metodologia de estudo exploratória ancorada em referências previamente catalogadas e analisamos na perspectiva da totalidade da vida Social (NETTO,2009). Do debate apreendemos o recrudescimento da categoria pedagogia de classes e educação popular, enquanto estratégias às lutas coletivas nos espaços das periferias urbanas.**

**Este artigo intitulado “Pedagogia de Classes e Mulher na Periferia Urbana” originou-se a partir da motivação do debate obtido no arcabouço de leituras e fichamentos das autoras, ora em processo de pesquisa em disciplinas e componentes acadêmicos, ora na revisão bibliográfica do Trabalho do Grupo de Estudo e Pesquisa ao qual se vinculavam. Além disso, pontuamos conteúdos incipientes produzidos durante as investigações da pesquisa bibliográficas nos projetos Universal e PIBIC.**

**Também sinalizamos a importante experiência no grupo de estudo e pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Questão Social/GETEQ/UFS , no qual agregamos os debates de textos referenciados, além dos acúmulos da pesquisa e produção do conhecimento ao longo da vida acadêmica. Assim, partimos da hipótese de que as gerações que vivenciaram nos anos 1960/1970 a práxis da educação popular, no chamamento a luta dos anos de repressão popular, pela autonomia e construção de uma consciência libertadora,**

# **deixaram raízes que desafiaram a brotar no contexto da redemocratização do Brasil. Nessa conjuntura, as ideias de educação popular tendenciam a força e expressão do que se convencionou chamar de sociedade civil,**

A sociedade civil é considerada por Marx como o conjunto da estrutura econômica e social de um determinado período histórico. Em Gramsci, encontramos uma ampliação dessa interpretação, na medida em que procura mostrar que a sociedade civil é o espaço onde se organizam os interesses em confronto, é o lugar onde se tornam conscientes os conflitos e as contradições (SIMIONATTO, 2011, p. 70).

Até então, as forças democráticas centram no discurso de ordem, participação, democrática, controle social, cidadania, aparentando um certo enviesamento do termo Educação Popular para autonomia e construção da consciência libertadora. Certamente, no breve embrionamento do sistema de proteção social irá sofrer graves embates na conjuntura de intensa criminalização das lutas de classes, as quais têm recrudescido frente as crises capitalista e a busca por alternativas de novo mecanismos de acumulação do capital, com a adoção da agenda neoliberal.

Nas raízes históricas do Brasil, verificam-se as reproduções de relações machistas e segregadoras da mulher e, na atual conjuntura registram assustadoras estatísticas da violência, abusos, discriminação preconceitos. No centro das expressões da questão social, as relações de gênero encontram-se ainda mais acirradas frente a ofensiva de retóricas e narrativas ultraconservadoras num quadro de intensificação dos desempregos e das desigualdades sociais na cidade e no campo.

É no bojo desses determinantes sócio-históricos que as mulheres camponesas do Brasil conquistaram visibilidade nas últimas décadas do século XX e início do XXI frente as políticas públicas asseguradas pela Constituição Federal de 1988, o direito a proteção social. A partir desse marco regulatório, diversos movimentos da sociedade civil passaram a redefinir suas bandeiras e agendas sob o lema direitos universais, porém equitativas e afirmativas das diferenças sociais, com igualdade no acesso aos serviços e riquezas socialmente produzidas, ganha força, especialmente em 2003, no governo dos trabalhadores, sob a bandeira da esperança. Podemos destacar, dentre os ganhos, a criação da SPM/PR (Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres) com status de ministério em 2003, as políticas de enfrentamento a violência ganharam proporções nacionais; a central de atendimento – ligue 180 inaugurada em 2005 foi um ponto forte que contribuiu para que as mulheres pudessem comunicar de forma mais acessível a denúncia da violência.

Em 2007, o Governo Federal lançou o Pacto Nacional pelo enfrentamento a violência contra a mulher, que marcou o importantes conquistas civilizatórias para a atuação nacional articulada com estados e municípios, em uma compreensão de que as políticas de prevenção e punição da violência contra a mulher não passam somente pela área da justiça e segurança pública. A Lei Maria da Penha, conquista das mulheres no Governo Lula, é considerada uma das melhores leis neste campo.

Em 2013, o governo Dilma lançou o Programa “Mulheres Viver sem Violência” como mais uma ferramenta estratégia de somar esforços políticos e comprometer estados e municípios com o

enfrentamento à violência. Esta política previa construção da Casa da Mulher Brasileira em todas as capitais e estados.

O cenário de crise ininterruptas em escala global-nacional, marcado por um forte crise política e ética no Brasil favoreceram um golpe político protagonizado por uma ampla aliança das classes conservadoras. Tais setores, ruíram a ordem democrática, violaram a soberania do país, desmontando descaradamente os direitos sociais e trabalhistas numa avalanche de Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) cuja medidas põem o fim a todos os ganhos e conquistas, até então, alcançados no campo da cidadania e justiça social (BOSCHETTI, 2012).

Ainda que o governo Petista tenha frustrado as expectativas a partir dos interesses populares por suas escolhas econômicas e pela apatia em áreas vitais para as transformações do Brasil, manteve o legado da participação e protagonismo social. No panorama do atual, governo Jair Bolsonaro, os ricos que os projetos emancipatórios das mulheres sofrem, são latentes, frente a um governo de postura de ultradireita e misógino, conforme Eleonora: “ Mulheres sabem o risco que estão correndo” . "A reação das mulheres não deveria surpreender ninguém," afirma a socióloga Eleonora Menicucci ex-titular da Secretaria de Políticas para a Mulher Brasileira (período de 2012 a maio de 2016). "Só quem acredita no país mostrado pela mídia monopolizada não tomou conhecimento dos progressos conseguimos nos últimos anos pelas mulheres." (Leia na íntegra a entrevista nas redes sociais, 2018).

Com a emergência das discussões sobre políticas afirmativas, a luta das mulheres passa a ser retomada e fortalecida no novo milênio, reordenando-se a outras formas de organização da sociedade civil, a exemplo da articulação ao movimento negro. O governo passou a colocar em pauta na agenda pública governamental a necessidade implantar políticas universais e focadas nas particularidades desse segmento. Nas particularidades do meio rural esse debate, também ganhou espaço junto ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs), as Mulheres Camponesas, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, etc.

As lutas por melhores condições de vida e de trabalho no campo incluíam em seus repertórios o acesso à terra, água, crédito, assessoria técnica, formação/capacitação, alternativas de comercialização além das demandas e reivindicações das pessoas que vivem no espaço urbano, tais como saúde, educação, habitação, trabalho, lazer, assistência social, previdência social, enfim, independente se são demandas específicas ou universais, o que se buscava era a garantia dos direitos sociais assegurados por meio de legislações internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as convenções da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e nas nacionais - Constituição Federal de 1988 e as legislações sociais e que as intervenções. Para isso, partiram de uma leitura de mundo de que,

no espaço agrário se via ‘a emancipação feminina um perigo para seus interesses. E apegam-se à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia de propriedade privada’ (JOFFILY, 2004, p. 9).

Nisso, entendeu-se que a mulher inserida no campesinato enfrentava cotidianamente dupla opressão. Uma pela questão de classe social e outra, pela questão de gênero<sup>[1]</sup>, daí a luta ganha dimensão e força vindo a se articular com os movimentos urbanos. Assim, mobilizam-se, erguem-se uma bandeira de luta contra quaisquer forma de discriminação e exclusão às mulheres trabalhadoras rurais.

É no bojo desses determinantes sócio-históricos que as mulheres camponesas do Brasil têm nas últimas décadas do século XX e início do XXI erguido numa bandeira de luta por um novo projeto de agricultura camponesa para o país. Somam-se aos movimentos sociais globais, clamando por direitos universais, políticas públicas que fortaleçam as diferenças com igualdade no acesso aos

serviços e riquezas socialmente produzidas. Suas agendas pontuam a defesa ao ambiente, a biodiversidade e a todas as formas de vida do planeta, na compreensão de que a luta se faz nos espaços públicos e coletivos continuamente contra as,

as relações sociais estruturadas com base em sistemas de dominação e exploração se produzem e se reproduzem através de mecanismos materiais e simbólicos que sustentam as desigualdades. A invisibilidade das mulheres nas análises, como sujeito da produção e reprodução dessas desigualdades. As mulheres não são invisíveis, elas são invisibilizadas pelos outros, ou seja, não são reconhecidas como sujeitos ativos nos processos produtivos (SILVA, 2009,p. 8).

A inversão nessa lógica contraditória ganha fôlego e começa a dar sinais de mudanças por meio de ações articuladas dos movimentos e organizações feministas ao conjunto das políticas governamentais pactuadas com a sociedade civil na intenção de promover mecanismos de autonomia econômica e igualdade social às mulheres. Na dialética do movimento antagônico em que imperam a lógica da velha ordem, travestidas do moderno, do novo, entendemos que encortina o *fetichismo*: se renova para conservar o *status quo* da hegemonia do capital financeiro. A nova retórica despolitizante da questão social, e naturalizante, tendencia a se criar um imaginário que não ultrapassa a aparência do real.

Frente ao cenário a eminência da reprodução e ampliação de estratégias do capital a fim de fortalecer a dinâmica da lei da acumulação em tempo de crise cíclicas, ininterruptas e estrutural do capital tradicionais e emergentes espaços de trabalho no panorama da reestruturação produtiva do capital reedita velhas mazelas as quais expressam tendencialmente a predominância de mulheres negras subsumidas as precárias condições de trabalho, subemprego, desemprego e informalização. A repactuação do estado sobre a ótica ultraneoliberal com as orientações das agendas locais contrarreformistas, reforma trabalhista, previdenciárias e ampliação do ataque as demais política públicas e sociais que compõe, a seguridade social, bem como todo o sistema protetivo, vindo a incidir sobre as lutas sociais, criminalizando e invertendo o estado social para o penal (WAQUANT,2012).

No panorama político de progressivos retrocessos no estado de direito, da participação democrática, repensar as bases da educação para emancipação pode ser um estratégia de retomada da dimensão política e pedagógica da Educação Popular, ou seja, uma retorno a educação de base nos espaços comunitárias.

## 2- O Direito das Mulheres ao Espaço Urbano – uma prática da aprendizagem popular

O Espaço Urbano constitui-se no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Nele vive parcela crescente da população, os investimentos de capital são maiores e é o principal lugar dos conflitos sociais, estes ocorrem entre diferentes sujeitos que produzem e reproduzem o espaço, sendo estes; proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e os grupos sociais excluídos. Este cenário de lutas sociais ocorre, pois, o Espaço Urbano capitalista é profundamente desigual, essas lutas visa o direito a cidade, à cidadania plena e igual para todos (CORRÊA,1995).

Na perspectiva desconstrucionista, o espaço é concebido de forma paradoxal: de um lado, compõe as representações sociais hegemônicas dos gêneros e das sexualidades; de outro, é elemento de subversão dessas mesmas representações, pois é por meio das ações espaciais concretas desempenhadas pelos seres humanos que se dão as contínuas transformações da realidade socioespacial. (SILVA, 2009, p. 47-48).

O Espaço Urbano da sociedade em que vivemos foi construído ao longo do tempo através da ação dos sujeitos que atuam na produção do espaço, sendo assim o espaço é reflexo tanto das relações que acontecem no presente, como as que ocorreram no passado,

O espaço não pode ser reduzido apenas a uma localização ou às relações sociais da posse da propriedade — ele representa uma multiplicidade de preocupações sociomateriais. O espaço é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade de engajar-se na ação (GOTTDIENER, 2010, p.127).

A aceleração da urbanização provocou um progressivo movimento das populações pobres para as capitais, onde procuraram se estabelecer nas áreas centrais, próximo ao mercado de trabalho. Aí ocupavam, em sua maioria, habitações coletivas, casas de cômodo ou cortiços (SOIHET,1997). Em muitos casos, as famílias deslocam-se para a periferia das cidades, em busca de aluguel ou terreno mais barato, aumentando sua distância dos locais de emprego e do centro da cidade, o que leva a maior perda de tempo nos deslocamentos para o trabalho, provocando o cansaço e o desgaste físico.

A periferia é caracterizada como um espaço urbano particular, marcado por loteamentos desorganizados, carentes de serviços públicos e com precárias moradias autoconstruídas. Esses locais concentram as residências das classes operárias com baixo poder aquisitivo. Os homens e mulheres pobres tinham nas ruas e praças do centro o espaço de seu lazer, devido à modernização estes eram impedidos de circular livremente, sendo a todo o momento incomodado pela polícia (SOIHET, 1997).

A identidade feminina foi construída num processo histórico, moldada por um discurso ideológico e social que não é intrínseco à natureza da mulher, mas sim uma busca por adequar as necessidades e mitos para dominação e exploração das mulheres. As relações de subordinação da mulher acontecem no nosso cotidiano principalmente no meio urbano.

Durante a Belle Époque, com a plena instauração da ordem burguesa no ano de 1890 a 1920, os grupos ascendentes queriam transformar suas capitais em metrópoles com hábitos civilizados semelhantes ao modelo parisiense, a modernização, a higienização, os ditos bons costumes e a disciplina no trabalho eram preocupações do momento para estes grupos. Especificamente sobre as mulheres recaía uma forte carga de pressões acerca do comportamento pessoal e familiar desejado, que lhe garantisse inserção na nova ordem. Para a ordem burguesa às mulheres caberia o espaço privado e aos homens o espaço público. Acresce em relação às mulheres as prescrições dos juristas acerca da impropriedade de uma mulher honesta sair só.

A rua simbolizava o espaço do desvio, das tentações, era exigido pelos juristas que as mães pobres vigiassem suas filhas constantemente, entretanto as mulheres pobres precisavam trabalhar e para isso deviam sair às ruas à procura de possibilidades de sobrevivência (SOIHET, 1997).

Durante muito tempo, as mulheres foram objeto de um relato histórico que as relegou ao silêncio e à invisibilidade. São invisíveis, pois sua atuação se passa quase que exclusivamente no ambiente privado da família e do lar. O espaço público pertence aos homens e poucas mulheres se aventuram nele (PERROT, 2007, n.p.).

As mulheres que se aventuram no Espaço Urbano eram consideradas perigosas, prostitutas, loucas e deveriam se afastar do convívio social. Esse processo teve resistência da camada popular, inclusive da parcela feminina, que disputava seu direito ao Espaço Urbano. Atualmente a cidade continua sendo um lugar sexuado, onde as pessoas se cruzam, mas não tem a mesma liberdade de movimentação dependendo do sexo. E onde muros invisíveis são erguidos para barrar aqueles que tentam circular. Essa é uma realidade ainda mais significativa na periferia (SOIHET, 1997).

As mulheres cabem o espaço privado, aonde fazem o trabalho doméstico e cuidam dos filhos. Já os homens atuam no espaço público, tomando decisões na política, na economia, na produção e organização do espaço geográfico como um todo. A capacidade corporal feminina relacionada à reprodução da espécie humana delimita o espaço da mulher na vida em sociedade; seu papel social de “cuidadora” confere-lhe uma posição hierárquica inferior em relação aos homens publicamente ativos e provedores. (SAYÃO; THOMÉ, 2003, p.123). Nas últimas décadas foi possível se observar um avanço com relação a conscientização em níveis distintos, levando-se em consideração as questões culturais de cada lugar, mas destaca-se que em todos os lugares as mulheres vêm lutando contra a opressão do sexo. Esses movimentos representam uma repercussão positiva dentro da sociedade, pois as mulheres estão cada vez mais se conscientizando dos seus direitos e não aceitam mais qualquer coisa que são impostas.

### 3- O Espaço da Mulher Pobre e Educação Popular enquanto Práxis

As classes sociais, à luz da abordagem marxiana são conformatadas no interior do modo de produção capitalista e pressupõe a apropriação da riqueza socialmente produzida pela classe dominante — a burguesia —, a partir das relações de exploração da força de trabalho da classe trabalhadora, que vende por meio de seu corpo a capacidade laborativa necessária a acumulação capitalista. Esse processo constituinte da sociedade salarial, produtora da exploração do homem pelo homem, marca a divisão em duas classes — configurada em suas personas: trabalhadora e patronal—, e é essa divisão que produz as infindas desigualdades alienantes, pois tudo o que o trabalhador produz é apropriado por uma minoria, os donos dos meios de produção, a burguesia. (Marx, 2013),

Nas cidades crescem e complexificam-se pela exigência de valorização do capital, na medida em que o capitalismo produz e reprodução riqueza ampliada e intensificação das desigualdades e pobreza. Logo, a urbanização, bem como, a suburbanização, a favelização e a periferização, contêm elementos fundantes da divisão social do trabalho no âmbito do expansão do capital, a moradia no espaço urbano tendência a materializa como atributo de valor de uso e valor de troca” (PELEGRINO, 2005, p. 79). As necessidades de produção e realização da mais-valia em escala ampliada, num processo de produção geral marcado pela divisão social e técnica do trabalho, pela especialização e separação entre o local da produção e o do consumo, induzem ao processo de urbanização e à articulação que cada vez maior entre os lugares, estendendo o domínio dessas relações por um vasto tecido espacial, incorporando pessoas e valores à lógica da produção da mercadoria. Conforme Lefebvre (1973), o desenvolvimento do capitalismo pressupôs a necessidade de superar a produção de mercadorias stricto sensu.

Segundo Paulani (2009), a especulação financeira que se intensificou a partir dos anos 1970, impulsionou a reestruturação produtiva para que os patamares de rentabilidade crescessem e a velocidade de rotação do capital se ampliasse em escala global. O fato de sua exterioridade em relação à produção ter se alojado no seio mesmo da esfera produtiva é que explica um sem-número de mudanças aí ocorridas, seja na relação de trabalho (crescimento do trabalho precarizado e informal, do número de trabalhadores temporários, autônomos e em tempo parcial etc.), seja na forma de gestão do processo de trabalho.

A emergência das políticas espaciais contemporâneas, especialmente aquelas relacionadas aos projetos de revitalização e/ou requalificação urbana são entendidas como a mediação necessária do Estado para restituir o processo de valorização, com a reprodução do espaço, articulando de diferentes maneiras e graus o setor imobiliário ao mercado de crédito e financeiro. Flexibilização no aparato jurídico, definição de operações urbanas, obras de recuperação ambiental e saneamento, revitalização de centros históricos, grandes edificações destinadas à realização de eventos esportivos de caráter internacional, criação de amplos centros culturais, desapropriações e despejos são algumas das ações estatais que se inserem nesse movimento de desvalorização/revalorização. Importa destacar que, embora para determinados projetos a participação dos diferentes níveis de poder seja intrinsecamente necessária, como no caso da realização de megaeventos esportivos, grande parte dos projetos de requalificação urbana é concebida e liderada por ações do poder local (ainda que o aporte de recursos seja proveniente de outros níveis).

Ressalta-se numa conjuntura de retrocessos negativos, poderemos encontrar as chaves da positividade da retomada da Educação Popular. Na atualidade pressupões que se trata de uma temática antiga e nostálgica para aqueles que, nos anos 60, estiveram envolvidos nos projetos militantes orientados por intelectuais e educadores populares. Passados mais de 30 anos, as mudanças ocorridas na sociedade brasileira trouxeram consigo a demanda de revisitação aos referenciais teóricos e metodológicos usados por educadores populares da época, especialmente em seus novos campos de atuação.

O advento das lutas das minorias e coletivos emergentes dado que os papéis e versões do feminino e do masculino são culturais e históricos, julga-se fundamental romper com a ideologia que encobre as relações sociais de gênero, retirando a mulher da sombra que a obscurece, bem como aos seus feitos sociais. Tradicionalmente, quase não há menção sobre as mulheres na história oficial. Entretanto, estudos realizados especialmente a partir de 1980 apresentam uma releitura da participação feminina na história da humanidade, evidenciando que, apesar da opressão e submissão das mulheres, podem ser resgatados inúmeros movimentos de resistência e atuação na esfera pública. Tal perspectiva é evidenciada por pesquisas históricas que resgatam a forte atuação das mulheres em lutas sociais, percebidas como sujeitos históricos capazes de transformarem seu espaço e lutarem por direitos e conquistas sociais.

A Educação Popular como práxis social é compreendida como aquela que não está institucionalizada, ocorre dentro e com os grupos populares; é determinada pela realidade e sua perspectiva é histórica. Desenvolve-se na sociedade para se contrapor ao projeto educacional dominante. Por isso, é adotada em diferentes conjunturas, principalmente pelos movimentos sociais do campo e da cidade. Há a defesa, por parte do movimento pela escola pública, gratuita, laica e de qualidade, que a Educação Popular se transforme em uma educação também financiada e oferecida pelo poder do Estado, a serviço dos interesses e projetos das classes populares. “Isto é parte do projeto histórico de, um dia, toda a educação realizar-se, em uma sociedade plenamente democrática, como Educação Popular” (LUI apud, BRANDÃO, 2006, p. 54).

Referência Segundo Costa (1995), a dicotomia público/privado ignora as situações nas quais as mulheres se situam na família como aquelas que também detêm o controle do poder e da autoridade. Segundo a autora, isto se dá porque há a exclusão da mulher do exercício da cidadania, espaço construído com base num modelo masculino e voltado para os interesses dos homens,

preciso que a educação esteja – em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos – adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história (FREIRE 1980, p. 39).

O uso do conceito dicotômico de público e privado tem merecido críticas feministas por reforçar uma representação ideológica da cultura patriarcal que se organiza e se orienta sobre as diferenças biológicas entre homens e mulheres. Contudo, ao que entendemos por emancipação humana, traduzida na eliminação de toda forma de desigualdade, dominação e exploração, reunindo novamente o produtor com os meios para produzir; tal política aproxima mais a uma contra-corrente, pois não se propõe a necessária superação da ordem do capital,

A superação da propriedade privada constitui, desse modo, a emancipação total de todos os sentidos e qualidades humanas.[...] o comunismo constitui fase de negação da negação e é, por consequência, para o seguinte desenvolvimento histórico, o fator real, imprescindível, da emancipação e reabilitação do homem (MARX, 2001, pp. 142 e 148).

#### 4-Considerações

É no espaço de vida cotidiana das cidades, dos bairros periféricos, marcados pela intensa pobreza e precárias condições de moradias, saneamento básico e infra-estrutura que mulheres saem às ruas e nesse movimento constroem suas estratégias de lutas. No processo de enfrentamento as expressões a questão social latente a vida da mulher que vive na periferia urbana, a necessidade de aprender a conhecer os dispositivos legais tem sido parte constitutiva nas relações entre o lar, as ruas, a família e as esferas o poder público.

Nesse sentido entendemos que é a partir da realidade concreta que nascem os mecanismos e ferramentas que levam as mulheres ao movimento que constituem-se enquanto elementos fundamentais as relações de gênero e reformatam os papéis da mulher no espaço do território urbano, saindo da invisibilidade para a *catarse* na construção dos sujeitos sociais, políticos e coletivos

---

[1] Gênero, é uma categoria que foi construída visando “construção social da identidade sexual. Designação das pessoas em seus diferentes papéis, direitos e oportunidades, de acordo com seu sexo; já o sexo se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres” (GOHN, Maria da Glória (2008).

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço Urbano. São Paulo: Ática, 1995. DA COSTA GOMES, Paulo Cesar. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Bertrand Brasil, 2002.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980. 102 p.

GADOTTI, Moaci. Diretor do Instituto Paulo Freire e Professor da Universidade de São Paulo, 2000.

GADOTTI, Moacir e TORRES, Carlos A. (Orgs.) Educação Popular e utopia latino-americana. São Paulo: Cortez, 1994.

GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. Edusp, 1997. GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004

IASE, Mauro Luis. As metamorfoses da Consciência de Classes – O PT entre a negação e o consentimento, Ed. Expressão Popular, São Bernardo São Paulo, 2006.

PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da

valorização financeira e a situação do Brasil. Estud. av. [online], v.23, n.66, p. 25-39.2009. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142009000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142009000200003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 19 mai. 2011.

SAFFIOTI, H.I.B. Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In MORAES SILVA, M.A. Mulher em seis tempos. Araraquara: FCL-UNESP, 1991.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. Geosul, v. 22, n. 44, p. 117-134, 2007.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. História das mulheres no Brasil, v. 3, p. 362-400, 1997.

[1] Gênero, é uma categoria que foi construída visando “construção social da identidade sexual. Designação das pessoas em seus diferentes papéis, direitos e oportunidades, de acordo com seu sexo; já o sexo se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres” (GOHN, Maria da Glória (2008)..